RELEM – Revista Eletrônica Mutações
©by Ufam/Fic/Icsez

Serviço Social, Políticas Sociais e os desafios da Interseccionalidade

Matheus Moreira Soares[1]
https://orcid.org/0000-0002-5149-7358
Rachel Gouveia Passos[2]
https://orcid.org/0000-0003-2267-0200
Jéssica Helena Vaz Malaquias[3]
https://orcid.org/0000-0002-1900-412X

Resumo
A interseccionalidade é uma ferramenta analítica amplamente discutida e que aponta para um horizonte de atuação feminista e antirracista. A noção, posta inicialmente pelos movimentos sociais em favor de mulheres negras nos Estados Unidos, pode ser incorporada a práticas do Serviço Social no Brasil, pela atuação de assistentes sociais no âmbito das políticas sociais existentes. Os desafios para incorporar a interseccionalidade na concepção, na implementação, na avaliação e no monitoramento de políticas públicas são radicais e condizem com a complexidade das interações entre os marcadores sociais e com as desigualdades forjadas pelos sistemas de poder que produzem tais condições para certos grupos na sociedade. O presente artigo discute, a partir de recortes do livro Quarto de Despejo: Diário de uma favelada, de Carolina de Jesus, como é possível se aproximar de uma atuação interseccional na área do Serviço Social, por meio de situações concretas e das histórias de vida em que os sujeitos estão inseridos.
Palavras-chave: Interseccionalidade; Serviço Social; Práticas antirracistas; Feminismo negro.

Social Work, Social Policies and the challenges of Intersectionality

Abstract
Intersectionality is a widely discussed analytical tool that points toward a horizon of feminist and antiracist action. Initially introduced by social movements advocating for Black women in the United States, the concept can be incorporated into Social Work practices in Brazil through the actions of social workers within existing social policies. The challenges of incorporating intersectionality into the design, implementation, evaluation, and monitoring of public policies are profound and reflect the complexity of interactions among social markers and the inequalities shaped by power systems that create such conditions for certain groups in society. This article discusses, through excerpts from the book Quarto de Despejo: diário de uma favelada by Carolina Maria de Jesus, how it's possible to approach intersectional action in the field of Social Work through concrete situations and the life stories in which individuals are embedded.
Keywords: Intersectionality; Social Work; Anti-racist practices; Black feminism.

Tramitação:
Recebido em: 01/08/2025
Aprovado em: 09/08/2025

[1] Assistente Social. Mestrando em Serviço Social pelo PPGSS UFRJ. Pesquisador do Projeto de Pesquisa e Extensão Luta Antimanicomial e Feminismos e da Pesquisa Censo Psicossocial dos usuários dos serviços de saúde mental do Estado do Rio de Janeiro, financiado pelo CNPQ e CAPES. E-mail: mathmoreirasoares@gmail.com

[2] Assistente Social. Professora da Graduação e da Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ. Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFF. Coordenadora do Projeto de Pesquisa e Extensão Luta Antimanicomial e Feminismos e da Pesquisa Censo Psicossocial dos usuários dos serviços de saúde mental do Estado do Rio de Janeiro, financiado pelo CNPQ e CAPES. E-mail: rachel.gouveia@gmail.com

[3] Psicóloga graduada pela Universidade de Brasília (2011). Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura - UnB (2013). Doutorado em Processos do Desenvolvimento Humano e Saúde - UnB (2017. E-mail: jessicamalaquiasunb@gmail.com

Manuscrito licenciado sob forma de uma licença ***Creative Commons***. Atribuição Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt B

A experiência do sujeito na realidade brasileira: Carolina Maria de Jesus

A escrita de Carolina Maria de Jesus (1914-1977) convoca a materialidade da vida e da experiência do corpo de uma mulher negra, periférica e iletrada - de acordo com os cânones. A sua produção, encarnada como uma mulher no Brasil nos idos dos anos 50 e 60, delineia algumas temáticas relevantes e a posiciona como uma escritora que tem consciência de sua posição social e de sua identidade. Atrelando a isso a condição de vida atravessada pela forma com que o Estado brasileiro vai se afirmando por meio de políticas de ordem social, de saúde, de educação, de segurança pública, dentre outros. Nascida em Sacramento, no estado de Minas Gerais, vivia com sua mãe, e teve uma infância pobre. Jovem adulta, aos 23 anos, migrou para a cidade de São Paulo, voltando a trabalhar como empregada doméstica. Trabalhou como catadora de papéis e viveu em cortiços, até chegar à favela do Canindé, próxima ao Rio Tietê, em São Paulo.

Em seu livro, Quarto de Despejo: Diário de uma favelada, publicado nos anos 60, ela expõe seu cotidiano enquanto trabalhadora doméstica e catadora de materiais recicláveis na cidade de São Paulo. Escreve as formas de subsistência que encontra para manter uma casa e cuidar dos filhos. Os expressivos relatos da realidade de Carolina e dos demais residentes da favela do Canindé na década de 1950, revelam suas experiências de vida permeadas por problemáticas pertencentes a grupos sociais excluídos e discriminados na sociedade brasileira. Abordam a politicagem, a violência contra a mulher, o racismo, a fome e, como queremos discutir aqui, as formas como se dá seu acesso à atuação do Estado em diversas áreas sociais, como as de saúde e de moradia, por exemplo. Enquanto mulher, mãe, chefe de família, negra e pobre, Carolina encarna o sujeito tal como tido pela noção interseccionalidade, e oprimido pela dinâmica também interseccional de sistemas de poder (Collins, 2016, 2024). Esse sujeito brasileiro atravessado por tantas marcações sociais é também aquele a quem se direcionam as políticas públicas, por vezes organizadas - por vezes, marcadas por fissuras e descontinuidades na atenção.

A força do texto de Carolina está justamente em conseguir descrever a realidade em que vive a partir do complexo tecido interseccional de seus marcadores sociais. O gesto ousado de escrever sobre sua realidade, a partir de uma linguagem própria e nova, sinaliza que esse sujeito precisa ser visto descentralizado de uma cultura dominante, sendo esta branca, elitizada e letrada (Mitsuuchi, 2018). Tal como Gloria Anzaldúa (1981/2000) se posiciona, a sua escrita - forjada a partir de seu lugar como uma mulher chicana e lésbica - é um verdadeiro atrevimento,

Manuscrito licenciado sob forma de uma licença *Creative Commons*. Atribuição Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt B

produzida em meio a plantações de tomate, sob um sol escaldante, por uma trabalhadora com mãos “inchadas e calejadas, inadequadas para segurar a pena” (Anzaldúa, 1981/2000, p. 230). Gesto perigoso, essa escrita produzida por mulheres como Carolina e como Glória trazem “a força de uma mulher sob uma opressão tripla ou quádrupla” (p. 234). Novamente, a noção de interseccionalidade aponta para as diversas estruturas de poder, tais como o racismo, o machismo e a opressão de classes, são capazes de modelar desigualdades essenciais. Essas, por sua via, demarcam a posição de determinados sujeitos na sociedade. Com Patrícia Collins (2024), vemos como esses diversos sistemas de poder afluem entre si.

Todas as questões narradas, e propriamente denunciadas por Carolina de Jesus acerca de sua vida, de suas crianças e da favela em que residia, apontam-na como um ser social e ativo, consciente de sua realidade, atenta a possíveis transformações. A que escreve evoca as realidades não apenas com retórica, mas principalmente com o corpo, com seu suor, seu sangue, seu pus (Anzaldúa, 1981/2000). A escrita de uma mulher negra, como Carolina de Jesus, faz o exercício de uma nova posição, em uma visão de mundo distinta da visão hegemônica do branco, do rico ou ainda do sujeito letrado. Quando narra, Carolina consegue fazer falar a coletividade.

Políticas sociais no Brasil ontem e hoje: (des)continuidades

As políticas sociais se desenvolvem mediante um caráter reformista em prol da classe trabalhadora na viabilização dos direitos que antes foram expropriados pelo capital (Behring, 2018). Historicamente, a força da classe trabalhadora e seus movimentos exemplificam de forma positiva a legitimidade do surgimento das políticas públicas e nos aspectos que se observam aos direitos em sua garantia populacional.

O capital busca expandir a sua acumulação e com isso reduz custos, rebaixa salários e reproduz a exploração da força de trabalho. O Estado só interessa ao capital se aquele assegurar o aumento da taxa de mais valor. Boschetti (2018) argumenta que a retomada dos direitos sociais representa, paradoxalmente, uma estratégia para diminuir a intervenção estatal naquilo referente à reprodução da força de trabalho. Cabe enfatizar que a autora não se refere a um avanço ou mesmo ampliação de direitos, mas sim a um movimento de desmonte das conquistas sociais.

As políticas sociais precisam ser universais, igualitárias e distribuídas proporcionalmente, entretanto, habilitar esses direitos no contexto neoliberal brasileiro gera um

Manuscrito licenciado sob forma de uma licença *Creative Commons*. Atribuição Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt B

termo denominado de supercapitalização, que seria aumentar a privatização dos setores públicos e com isso segregar a funcionalidade dos mesmos. Se a classe trabalhadora perde direitos, a mesma acabará se submetendo a trabalhos com um salário injusto, em condições precárias e com jornadas extensas nos empregos.

A luta por direitos inclui, também, a luta pelo trabalho (emprego), pelas férias, pelo décimo terceiro, pela educação pública, com a finalidade de tomar, literalmente, a parte do fundo público presente "nas mãos" do capital e com isso reverter para a distribuição dos direitos sociais para a população que são materializados através da disputa pela riqueza socialmente produzida.

> A privatização gera uma dualidade discriminatória entre os que podem e os que não podem pagar pelos serviços, no mesmo passo em que propicia um nicho lucrativo para o capital, em especial para segmentos do capital nacional que perderam espaços para a abertura comercial. (Behring; Boschetti, 2011, p. 159).

Com isso, as políticas públicas, estas uma das ferramentas de trabalho no Serviço Social, vêm para suprir essa "fenda" criada para a classe trabalhadora na sociedade, onde a burguesia mantém os privilégios como classe dominante. Essa concepção de dualidade econômica, entre os indivíduos, expressa a importância da perpetuação da universalização e igualdade dos direitos sociais, compostos na previdência, nos auxílios, e nas políticas de saúde, segurança e educação.

Ao discutir a questão social no país, Octávio Ianni (1989) apresenta uma visão que contempla certa continuidade entre o regime de trabalho escravo que marcou o país, os regimes da república e os dilemas socioeconômicos e políticos que governantes enfrentaram no decorrer do século XX, e digamos, enfrentam até a atualidade. O trabalho escravo interpunha já uma questão social nas relações no país, o que nos faz situar a opressão pela via da cor como estrutural e estruturante na formação social brasileira, uma vez que historicamente pauta as desigualdades socioeconômicas no Brasil. Com a suposta Abolição, advém uma sequência de lutas que jamais poderá ser vista dissociada das fissuras presentes na questão social do regime escravocrata (Ianni, 1989) - como, por exemplo, as migrações, a tomada de terra, a questão agrária, as temáticas indígenas, o movimento negro, as demandas sindicais, a luta pelas mulheres no mercado de trabalho, o reconhecimento do trabalho doméstico eminentemente

Manuscrito licenciado sob forma de uma licença *Creative Commons*. Atribuição Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt B

exercido por mulheres negras e apenas há pouco tempo inserido nas políticas de direito trabalhista.

Os sistemas de opressão que mantêm as desigualdades sociais no Brasil reproduzem entre si a lógica da colonização e depositam na "vítima" (Ianni, 1989, p. 149) a responsabilidade por sua condição social. Nada mais eurocêntrico, positivista e embranquecido.

> Muitos tempos depois, praticamente um século após a Abolição da escravatura, ainda ressoa no pensamento social brasileiro a suspeita de que a vítima é culpada. [...] Não há empenho visível em revelar a trama das relações que produzem e reproduzem as desigualdades sociais.
> Em vários estudos sobre aspectos da problemática social, subsiste a impressão de que os 'indicadores sociais' não acompanham os 'econômicos' [...] (Ianni, 1989, p. 149-150)

Carolina Maria de Jesus, sublinhando a continuidade entre a sua posição socioeconômica na pobreza e a sua cor, escreve em seu diário: "Quando puis a comida o João sorriu. Comeram e não aludiram a cor negra do feijão. Porque negra é a nossa vida. Negro é tudo que nos rodeia." (p.39). Para compreender o ponto de vista do sujeito que escreve como Carolina, há que se denunciar as descontinuidades que os sistemas de opressão engendram, dificultando uma leitura das opressões duplas, triplas em que uma mulher, mãe e negra chefe de família está posta, por exemplo. Por outro lado, enxergar as continuidades presentes no tecido social brasileiro explica como certos sujeitos se tornam os mais oprimidos e explorados por um sistema capitalista patriarcal-racista (Gonzáles, 2020).

Ao observarmos os parâmetros do capital impostos nos séculos XVI – XIX, percebe-se a repetição dessas ações na atual conjuntura social do país, com salários injustos, condições insalubres de trabalho, jornadas extensas e a diminuição no direito às férias. A história se repete na atualidade do Brasil, principalmente pelo avanço do conservadorismo, quando há a manifestação pública e política da segregação de classes sem a consciência dos direitos ao cidadão e em como isso afeta de forma simples a vida dos indivíduos que compõem esse mesmo meio social.

Em paralelo com a história de Carolina Maria de Jesus, nota-se que seus escritos para além de relatos pessoais, são a expressão visceral das desigualdades sociais e a materialização das limitações das políticas sociais que não acional ainda com uma perspectiva interseccional da realidade, o que impacta diretamente na elaboração, implementação, avaliação e monitoramento. Nesse raciocínio, é necessário questionar as nossas concepções sobre as

Manuscrito licenciado sob forma de uma licença *Creative Commons*. Atribuição Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt B

perspectivas de cuidado e de assistência, uma vez que podem estar ressoando discursos hegemônicos, que desconsideram atravessamentos próprios a outros contextos de vida e que são fundamentais no curso do desenvolvimento de sujeitos. Além disso, em meio a papéis sociais rígidos e imutáveis, se está diante da manutenção de uma lógica excludente, patriarcal e racista (Eurico, 2020).

Em consonância a isso, a realidade documentada por Carolina é composta e atravessada pela multiplicidade dos marcadores sociais, que exigem dos operacionalizadores das políticas sociais uma maior atenção às especificidades colocadas. Vale ressaltar que a discussão não possui a intenção de definir "uma guerra de sofrimentos" entre populações marginalizadas ou consideradas mais vulneráveis socialmente, mas sim de elucidar a importância pela busca de uma análise mais profunda a respeito das tramas sociais apresentadas e a necessidade da interseccionalidade enquanto lente crítica da realidade.

Interseccionalidade: ferramenta analítica e via de transformação no campo da justiça social

A ideologia eurocêntrica exerceu e ainda exerce, um papel crucial na estruturação do Brasil como nação. Ao fazê-lo, sufocou as nuances e complexidades das relações sociais, impondo uma visão de mundo que marginaliza e invisibiliza outras perspectivas. Essa ideologia manifestou-se, de forma nefasta, por meio de políticas higienistas que serviram de diretrizes para diversas ações institucionais.

Na oposição e na rejeição à lógica que oprime pela via da cor, do gênero e da posição diante do outro, há o compromisso com a busca por solução de inúmeras problemáticas sociais. A ferramental da interseccionalidade envolve a busca pela superação das injustiças sociais, dessa maneira, devemos evitar reduzi-la como um novo conceito acadêmico e despolitizá-la, destituindo-a do potencial de transformação dos problemas sociais (Collins; Bilge, 2016).

A intersecção raça/etnia, gênero e classe social, enquanto utilizadas para sustentar as posições dominantes embranquecidas e elitizadas da sociedade brasileira, produz diversos estigmas que sobrecarregam processos subjetivos e identitários dos cidadãos e cidadãs brasileiros. Produzem-se estigmas de incapacidades intelectuais, fracassos escolares, da violência nata, de desvios de conduta e de uma marginalidade cristalizada (EURICO, 2020). Esses pressupostos reforçam lugares de inferioridade e o "'direito' a não ter direitos" a populações marcadas pela alteridade, pela diferença (Eurico, 2020, p. 72).

Manuscrito licenciado sob forma de uma licença *Creative Commons*. Atribuição Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt B

Analisar o discurso sobre a atuação do Serviço Social, no contexto brasileiro, pressupõe uma chave de leitura que a história da proteção social no país já nos indica. Faz caber a complexidade da questão que queremos abordar nesta proposta, uma vez que intentamos compreender como a raça, gênero e classe engendram a cena da violação de direitos contra esses sujeitos. Quando raça, classe e gênero apenas demarcam diferenças, essas mesmas precisam ser transcendidas por relações efetivamente humanas que construam coalizões fundamentais para as trocas sociais.

Patrícia Hill Collins aponta para a necessidade de novas categorias de análise que incluem raça, classe e gênero como estruturas de opressão diversas entre si, mas interligadas (Collins, 2016). Raça, classe e gênero tomados então como categorias de análise nos ajudarão a compreender as dinâmicas de dominação e subordinação em suas bases. A complexidade da vida dificilmente pode ser reduzida em análise por um único fator. E ainda, os diversos fatores envolvidos nas trocas sociais não podem ser hierarquizados ou dicotomizados. Da mesma forma, os fenômenos sociais que envolvem a prática profissional de assistentes sociais, exige uma leitura que considere a composição de muitas condições da vida social.

Collins e Bilge (2021), em suas contribuições sobre o tema, salientam a intrincada teia de interações de poder que perpassam e moldam cada face da socialização. Essas dinâmicas, embora nem sempre evidentes ou imediatamente perceptíveis a todos os observadores, exercem uma influência profunda e multifacetada sobre as trajetórias de vida e as experiências de acesso a direitos. Nesse sentido, Carolina faz uma leitura acerca da perspectiva fragmentada tida pelo agente da atenção à saúde pública em seu território de favela. Ela escreve:

> Ensaboei as roupas. Depois fui acabar de lavar na lagoa. O Serviço de Saúde do Estado disse que a água da lagoa transmite as doenças do caramujo. Vieram nos revelar o que ignorávamos. Mas não soluciona a deficiência da água. (Jesus, 1960/2007, p. 71)

O ator social vê a realidade da favela de Carolina e a fragmenta, sem possivelmente visualizar uma comunidade atravessada por problemáticas diversas e contraditórias. Separam-se as ações de saúde e de educação em saúde, de políticas de habitação e saneamento, ou mesmo de assistência social na garantia de direitos. Mayorga (2014) chama a atenção para o fato de que essas relações precisam ser compreendidas a partir do fenômeno que se dá diante do ator social, atento às diversas categorias que se pretende interseccionar e à sua origem, tanto teórica quanto material (MAYORGA, 2014). A tarefa de transformar a interseccionalidade como

Manuscrito licenciado sob forma de uma licença *Creative Commons*. Atribuição Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt B

marco analítico nas temáticas da garantia de direitos vai além de apenas afirmar relações existentes na realidade, correndo o risco de configurar-se unicamente um somatório de opressões. No contexto de Carolina de Jesus, vamos pensar que as (más) condições de saúde em que vive-se interseccionam com os direitos à habitação e ao saneamento; com processos de educação em saúde deficitários nos recortes sociais em que ela circula; com a posição de migrante em uma cidade metrópole como São Paulo, atravessada por sua cor e pela maternidade, enquanto um papel de gênero a ser por ela desempenhado.

A mirada específica que os atores sociais atuantes nas políticas públicas precisam ter sobre as realidades em que intervêm, exige o exercício do pensar decolonial; e junto a isso, devem favorecer leituras interseccionais das desigualdades presentes na realidade do país. Não incluir uma reflexão acerca de como o racismo e o sexismo produzem desigualdades, para além das dinâmicas econômicas, é praticar um racismo por omissão (González, 2020). Nas operações que a racionalidade eurocêntrica e colonialista promove, o colonizado se vê alienado no discurso do outro, destituído da própria capacidade de narrar-se e de produzir-se a partir de sua história. Nisso, existe até certa superioridade que o colonizado atribui ao colonizador (González, 2020).

Quando Carolina de Jesus descreve em seu diário que o serviço de saúde do Estado veio "revelar o que ignorávamos" (p. 71), voltamos exatamente para a posição subalternizada em que o colonizado é posto. O que Carolina apresenta em todo o seu diário são as inconsistentes condições de sobrevivência a que está submetida na favela, somadas às inoperâncias dos agentes públicos, sejam os da saúde que promovem ações descontínuas ou contraditórias, sejam os representantes do governo que buscam favorecer os favelados apenas em benefício próprio. Nisso tudo, jamais poderíamos afirmar a ignorância de Carolina. Vê-se a sua posição ocupada plena de saberes sobre si e sobre o outro.

> [...] Vi uma viatura do Governo do Estado. Serviço de Saúde que vinha recolher as fezes. O jornal disse que há 160 casos positivos aqui na favela. Será que eles vão dar remédios? A maioria dos favelados não há de poder comprar. Eu não fiz o exame. Fui catar papel." (Jesus, 1960/2007, p. 71)

Quando se utiliza a interseccionalidade como ferramenta analítica, está-se partindo de uma leitura das intersecções - entre raça, gênero e classe e as dinâmicas das opressões/explorações daí derivados - nas quais existem modalidades diferentes de relação. Estas não são sempre as mesmas e não estão postas antes mesmo do contato com as

Manuscrito licenciado sob forma de uma licença *Creative Commons*. Atribuição Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt B

problemáticas, supondo-se as interações necessárias de antemão (Hernandéz, 2011; Mayorga, 2014). Nesse sentido, a indicação é que haja também um conjunto de escolhas metodológicas para a lide com a interseccionalidade enquanto ferramenta analítica.

Uma vez sendo a interseccionalidade uma via privilegiada para se pensar o sujeito e as políticas públicas no Brasil, faz-se necessário fundar um marco compreensivo que questione tais modalidades de relação de que fala Hernandéz (2011). As categorias de raça, classe e gênero, por exemplo, podem sim estar interseccionadas nos sujeitos e em experiências coletivas na sociedade de formas diversas. O importante é liberar-se, buscando pensar a marcação social de forma decolonial, longe de lugares fixados ou posições universais pré-concebidas. Uma posição social particular e uma experiência singular - enquanto contextos também históricos - podem produzir um ângulo crítico pelo qual podemos analisar as diferenças. Além disso, nenhuma posição seja de classe, gênero, raça, idade, de capacidade, é a totalidade da experiência social de um sujeito, conforme Hernandéz (2011) pontua. O exercício é o da indagação sobre as diversas relações presentes, buscando-se as articulações entre categorias sociais próprias, tal como Carolina de Jesus faz no tempo dos acontecimentos, desde sua escrevivência (Evaristo, 2020).

Consequentemente, esses marcadores permeiam o trabalho de assistentes sociais, constantemente atravessado pelos desafios impostos pelo racismo, patriarcado e suas expressões. Essa dinâmica atua reforçando a ideia de que a população negra ou indígena, por exemplo, é responsável por sua própria condição de vida, o que, por sua vez, ergue barreiras significativas para a formulação e implementação de ações que possam efetivamente transformar essa realidade.

Essa realidade se traduz em obstáculos concretos para o/a assistente social em sua atuação profissional. Quando os marcadores sociais são vistos como uma questão individual apenas, e não como um resultado de estruturas racistas, patriarcais, classistas históricas e contemporâneas, as estratégias de enfrentamento tendem a ser superficiais e ineficazes (EURICO, 2013). Além disso, a falta dessa criticidade pode resultar em práticas assistencialistas que reproduzam estereótipos, inclusive, de alguma forma, limitando a participação da população usuária dos serviços.

O horizonte para o Serviço Social: uma prática antirracista, feminista e interseccional

Nos primórdios de sua constituição, o Serviço Social brasileiro foi marcado pela

Manuscrito licenciado sob forma de uma licença *Creative Commons*. Atribuição Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt B

perspectiva de apostolado católico. Essa orientação inicial moldava a compreensão da questão social como um fenômeno essencialmente moral e religioso, com isso a questão racial não recebia a devida importância, pois as reflexões predominantes da categoria profissional priorizavam intervenções voltadas à "resolução" das contradições de classe sob um prisma moralizante (Eurico, 2013).

A compreensão da realidade a partir da ferramenta da interseccionalidade envolve os atores sociais, de forma que eles também procuram em si mesmos os efeitos produzidos pelos marcadores sociais da diferença. Há uma fronteira tênue entre a coerência e a incoerência presente no trabalho dos profissionais quando ignoram a sua própria realidade social enquanto sujeitos marcados pelas especificidades macro e micropolíticas em que estão inseridos.

Essa abordagem inicial gerou uma lacuna significativa nas dimensões de análise da questão racial no país ao focar a visão moral da pobreza e demais mazelas sociais, por exemplo. O pressuposto era que ao abordar moralmente e religiosamente essas questões de classe, os demais problemas sociais, como o racismo, desapareceriam ou seriam consideravelmente mitigados.

Essa perspectiva limitada impedia o reconhecimento de que a questão racial não fosse um mero subproduto da questão de classe, mas uma dimensão que está imbricada à conformação do capitalismo brasileiro, com suas próprias particularidades históricas e sociais. A ausência de uma análise aprofundada pela ótica interseccional no Serviço Social significa que as intervenções profissionais, ainda que bem intencionadas, podem reforçar as dinâmicas conservadoras da gênese da profissão sobre a população usuária.

Mesmo diante das crescentes e contundentes reivindicações do movimento negro no Brasil, a contribuição e a sistematização dessas questões ainda se encontram aquém da proporção e da urgência do debate no Serviço Social, implicando diretamente na atuação profissional (Eurico, 2013). Considerando uma práxis antirracista no Serviço Social é impossível desmembrar a questão racial e demais marcadores do cotidiano da prática, pelo contrário, faz-se necessário buscar a problematização de como a categoria profissional enxerga essas temáticas.

O Código de Ética Profissional do/a Assistente Social[4] em 1993, engendra em seus princípios fundamentais a não discriminação como basilar ao exercício profissional. Resultado

[4] Texto com adequação de linguagem de gênero, conforme deliberação do 39º Encontro Nacional CFESS/CRESS.

Manuscrito licenciado sob forma de uma licença *Creative Commons*. Atribuição Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt B

esse gerado através da relevância atribuída aos debates da ética e dos direitos humanos nos anos 1990, vide exemplos a partir da promulgação da Constituição Federal em 1988, a materialização desse debate pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Lei Orgânica da Saúde, ambos em 1990.

Considerando o Código de 1993, gostaríamos de evidenciar alguns dos princípios fundamentais que exprimem nossa reflexão teórica sobre a importância de uma prática antirracista, particularmente:

> II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (Brasil, 2012, p. 23 e 24).

A partir da nova realidade apresentada pelo Código de 1993, há um fortalecimento para com os debates referentes à questão racial em decorrência de uma nova construção para os horizontes da profissão. Para além do aprimoramento do trabalho profissional de assistentes sociais, pensar contextos de uma prática profissional no cotidiano desses/as trabalhadores/as é, também, um posicionamento político da categoria profissional. Quando os marcadores sociais da diferença e sua influência nas histórias de vida e no pertencimento social dos usuários das políticas públicas são ignorados, enrijece-se o sujeito em papéis sociais hegemônicos, dominantes e embranquecidos. Esse movimento culmina em mais exclusão e desrespeito às histórias de vida e aos distintos pertencimentos identitários e comunitários de populações negras, pobres, com diversas capacidades, idades, orientações sexuais e identidades de gênero. Da mesma forma, quando o próprio ator social permanece enrijecido e não se questiona na posição que ocupa em seus marcadores sociais, vemos a reprodução de mais desconhecimentos sobre a complexidade da realidade em que estão. Assim, a interseccionalidade é uma das ferramentas que possibilita desconstruções e reconstruções importantes das quais o Serviço Social precisa participar.

Referências

Manuscrito licenciado sob forma de uma licença *Creative Commons*. Atribuição Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt B

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, *[S. l.]*, v. 8, n. 1, p. 229, 2000. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: htttps://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880. Acesso em: 20 jun. 2025

BEHRING, Elaine. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social:** Fundamentos e história. 9º Ed. São Paulo, Cortez. 2011.
BOSCHETTI, Ivanete. **Expropriação e direitos no capitalismo.** São Paulo, Cortez. 2018.

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª ed. rev. e atual. Brasília, Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 20 jun. 2025.

COLLINS, Patricia Hill. Toward a new vision: Race, class, and gender as categories of analysis and connection. In: **Race, gender and class.** Routledge, 2016. p. 65-75.

COLLINS, Patrícia Hill.; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

EURICO, Marcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Revista Serviço Social & Sociedade.** São Paulo, nº 114, p. 239-310, Abr/Jun. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/8Vhsxg8xGgrBL6GnCjknqyL/?lang=pt. Acesso em: 20 jun. 2025.

_____. Tecendo tramas acerca de uma infância sem racismo. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, *[S. l.]*, v. 18, n. 45, 2020. DOI: 10.12957/rep.2020.47214. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/47214. Acesso em: 20 jul. 2024.

EVARISTO, Conceição et al. A escrevivência e seus subtextos. Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, v. 1, p. 26-46, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** Flávia Rios e Márcia Lima (orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HERNANDÉZ, Franklin Gil. Estado y procesos políticos: sexualidad e interseccionalidad. **Sexualidade e política na América Latina: histórias, interseções e paradoxos,** 80-99, 2011

IAMAMOTO Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IANNI, Octavio. A questão social. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 3, p. 145–154, 1989. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i3p145-154. Disponível em: https://revistas.usp.br/revusp/article/view/25490. Acesso em: 22 jun. 2025.

JESUS, Carolina Maria de (2007). ***Quarto de despejo:*** *diário de uma favelada*. São Paulo: Ática. (Obra original publicada em 1960).

Manuscrito licenciado sob forma de uma licença ***Creative Commons***. Atribuição Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt B

MAYORGA, Claudia. Algunas contribuciones del feminismo a la psicología social comunitaria. Athenea Digital. **Revista de pensamiento e investigación social**, *[S. l.]*, v. 14, n. 1, p. 221–236, 2014. DOI: 10.5565/rev/athenead/v14n1.1089. Disponível em: https://atheneadigital.net/article/view/v14-n1-mayorga. Acesso em: 21 jun. 2025.

Manuscrito licenciado sob forma de uma licença ***Creative Commons***. Atribuição Internacional: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt B